



GT – 12: Metodologia de pesquisa em estudos urbanos

VER COMO A VILA

Exercícios metodológicos por uma outra política urbana

Ana Brasil Machado

UFRJ

E-mail: anamachado@igeo.ufrj.br

Leticia Parente Ribeiro

UFRJ

E-mail: leticiapr@igeo.ufrj.br

Walisson Ferreira

UFRJ

E-mail: walissonferreira10@gmail.com

RESUMO: Este artigo pretende refletir acerca de questões metodológicas fundamentais à elaboração e execução de um projeto de extensão e pesquisa na Vila Residencial da UFRJ, situada na Cidade Universitária (Rio de Janeiro). No sentido de responder a algumas de suas questões, os moradores da Vila demandaram uma nova forma de ver e planejar o seu território. Para tanto, técnicas caras à Geografia e a outras disciplinas tiveram de ser repensadas e mobilizadas, tais como questionários, trabalhos de campo, mapeamento temático, história oral e Refotografia.

Palavras-chave: Censo comunitário, memória coletiva, Vila Residencial da UFRJ

1. INTRODUÇÃO

O texto aqui apresentado é fruto de reflexões advindas da elaboração e execução do Projeto de Extensão intitulado “Ver a Vila: saberes e memórias por uma outra política urbana”. Tal iniciativa é uma parceria entre professoras e estudantes do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e moradores e a Associação de Moradores da Vila Residencial (AMAVILA).

A Vila Residencial, situada na Ilha do Fundão (RJ) surgiu, em 1969, como uma cessão, por parte da UFRJ, ao consórcio construtor da Ponte Rio-Niterói, destinando, às obras,

um terreno ainda desocupado para a criação de uma cidade operária. No ano de 1974, a obra foi finalizada e o assentamento foi desativado. Entretanto, muitos dos antigos operários da construção do referido empreendimento e seus familiares permaneceram vivendo no local (Barbosa e Drach, 2017). Anos se passaram e a antiga cidade operária deu lugar à atual Vila Residencial. Atualmente, ela é habitada por descendentes de ex-funcionários do consórcio que construiu a Ponte Rio-Niterói, funcionários da UFRJ, estudantes e funcionários do Parque Tecnológico, calculando-se mais de mil moradores segundo o último Censo (IBGE, 2022). Contudo, é possível notar que os problemas no local se acumularam em decorrência da falta de manutenção das já precárias instalações implantadas e do aumento populacional da região.

Assim como a Cidade Universitária (que não se sobrepõe à Ilha do Fundão completamente), a Vila Residencial está localizada em “área de marinha e acrescido de marinha”, ou seja, área pertencente à União, sendo a ocupação da UFRJ regida por Aforamento (Souza, 2015: 2). Ainda segundo Souza (2015), até 2011, a Vila Residencial não gozava de abastecimento de água, recolhimento de águas pluviais e esgotamento regulares. Seu terreno era marcado por inundações e decorrentes enfermidades de seus moradores. É a partir dos anos de 1990 que a luta de seus moradores por reconhecimento de sua ocupação vai iniciar melhorias na área em questão.

“A nova institucionalidade assim adquirida, derivou na conquista de importantes apoios, sendo o mais decisivo para a melhoria das condições deste assentamento, a vinculação ao Projeto de Despoluição do Canal do Cunha, que ocorria naquele momento. Melhorias na Vila Residencial foram negociadas como contrapartida à contribuição da UFRJ, que consistiu no acolhimento do lodo retirado deste Canal, depositado em área da Cidade Universitária. Esta negociação rendeu para a Vila, a implantação de saneamento básico - água, esgoto e recolhimento de águas pluviais - reduzindo o problema crônico de inundações, além do calçamento de vias e passeios públicos, com grande efeito de melhoria paisagística e ordenamento do espaço público, passando o assentamento a aspecto ambiental mais agradável. No escopo de ações foi incluído projeto paisagístico da Praça central, que recebeu arborização e mobiliário adequado. O ônibus de circulação interna na Cidade Universitária passou a inscrever na placa frontal a direção ‘Vila Residencial’, ato de grande significado para os moradores” (Souza, 2015: 4).

A Vila Residencial mantém, portanto, relações históricas com a Cidade Universitária, muito embora não faça parte dela. Mas, com o passar do tempo, relações entre moradores e diferentes departamentos e institutos da Universidade foram se estreitando. Assim, por meio de um estudante de Geografia morador da Vila Residencial, professoras do Departamento de Geografia foram contatadas. A notável verticalização e o aumento do afluxo de estudantes procurando residência nas proximidades da Cidade Universitária fez emergir problemas e conflitos. A falta de água e o refluxo de esgoto voltaram a conformar o cotidiano da Vila. De acordo com a Associação de Moradores, tal situação se deve ao aumento populacional da Vila que, no entanto, não é contabilizada pelo IBGE. Desta maneira, a AMAVILA nos demandava um estudo populacional e urbanístico da ocupação no intuito de pleitear melhorias nas infraestruturas uma vez que estas foram implantadas sem contabilizar os novos moradores, sobretudo os estudantes.

Deste modo, a partir das demandas de seus moradores e de sua associação, o objetivo geral do projeto de extensão “Ver a Vila: saberes e memórias por uma outra política urbana” é produzir conhecimentos sobre as dinâmicas geohistóricas, demográficas e urbanas da Vila Residencial (Ilha do Fundão, RJ), em diálogo com os moradores, visando preencher possíveis lacunas nos dados oficiais, subsidiar políticas públicas e o fortalecimento dos laços comunitários. Além de ampliar a formação de estudantes envolvidos, mais do que aplicar os conhecimentos produzidos na Universidade em um determinado contexto socioespacial, o projeto “Ver a Vila” pretende estender as práticas de pesquisa universitárias para o cidadão, especificamente os moradores da Vila Residencial, para que estes possam responder as suas próprias perguntas de acordo com os seus anseios.

Para o seu desenvolvimento, o projeto lança mão de diferentes métodos como oficinas, questionários, análise geoinformacional, história oral e Refotografia no intuito de produzir dados que subsidiem a formulação de ações e políticas públicas mais eficazes, a formação de novas lideranças comunitárias, bem como acervos fonográfico e fotográfico para a constituição de uma memória coletiva. Os objetivos específicos são: 1) levantar e sistematizar dados de naturezas diversas produzidos por diferentes órgãos, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Pereira Passos (IPP); 2) realizar um censo comunitário baseado em questões emergentes

definidas pelo conjunto de moradores da Vila Residencial; 3) contribuir para o conhecimento geohistórico desta porção do território carioca levando em conta a sua memória coletiva; 4) subsidiar a elaboração de demandas e políticas públicas urbanas que atendam as características específicas da Vila Residencial.

Este artigo, por seu turno, pretende refletir acerca das questões metodológicas e éticas que dizem respeito à pesquisa em Geografia Urbana em uma área de loteamento irregular e com déficit significativo de serviços e infraestrutura. De maneira geral, nos debruçaremos aqui sobre 1) a construção de um Censo comunitário que responda às perguntas formuladas pela própria Vila e, ao mesmo tempo, possa ser cotejado com os dados oficiais (como a série histórica dos Censos Populacionais do IBGE), e 2) o recolhimento e construção de uma memória coletiva a partir de técnicas de pesquisa oriundas de outras áreas do conhecimento que não a Geografia mas que, irrefletidamente, habitam as nossas bolsas de contar estórias (Le Guin, 2021).

2. SITUANDO A VILA E SUAS QUESTÕES

É importante salientar que, embora a Vila Residencial seja irregular do ponto de vista fundiário e ainda precária no que concerne à oferta de serviços e infraestrutura, ela não consta no Sistema de Assentamentos de Baixa Renda (SABREN) nem como “favela” e nem como “loteamento de baixa renda”. No entanto, podemos, ainda que de maneira tateante, identificar a Vila Residencial da UFRJ como “loteamento irregular”¹.

Nas figuras 1, 2 e 3, podem ser observados os processos de crescimento e adensamento da Vila Residencial².

¹ “Ao invés da categoria de favela, cuja difusão antecedeu sua apropriação pela administração pública (VALLADARES, 2015), a de loteamento irregular se restringe a uma terminologia operacional, feita para nortear as ações da municipalidade. Com base nas “funções sociais da Cidade e da propriedade”, o plano diretor prevê “a urbanização das favelas, dos loteamentos irregulares e clandestinos de baixa renda, com a implantação de infraestrutura, (...) visando à sua integração às áreas formais da Cidade”. Quando reconhecidos pela prefeitura, loteamentos, favelas e conjuntos habitacionais degradados se tornam Áreas de Especial Interesse Social (AEIS, isto é, exceções à lei de zoneamento, o que permite a adoção de políticas focadas)” (CORTADO, 2022: 26). Como veremos adiante, tramita na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro um Projeto de Lei que pretende classificar a Vila Residencial como AEIS.

² A verticalização, fenômeno sensível na Vila Residencial na última década, não tem a sua melhor visualização em imagens aéreas. No entanto, como veremos a seguir, a observação cotidiana de moradores, os trabalhos de campo empreendidos e o “recadastramento” realizado pelo Projeto de Extensão Ver a Vila permitiram observar e mensurar o crescimento vertical na última década.

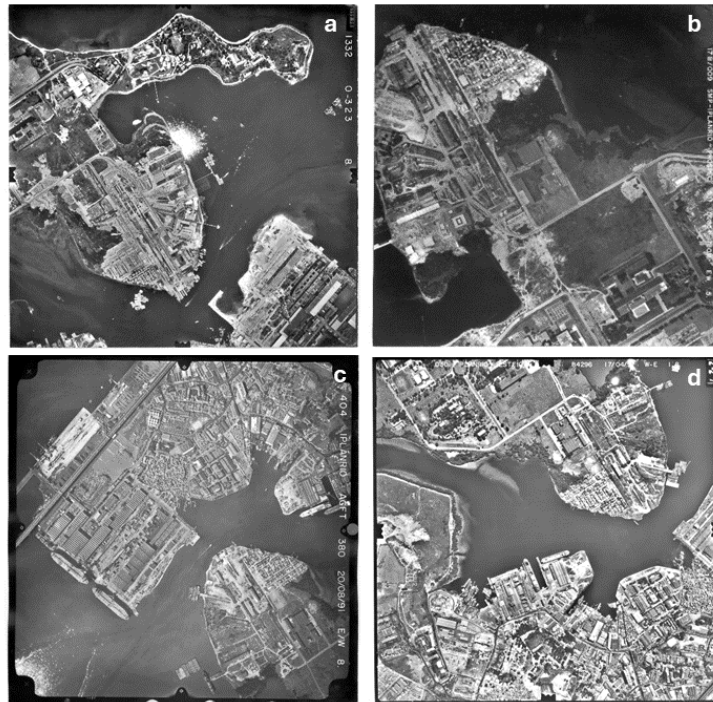


Figura 1: Aerofotografias da Vila Residencial: a) 1975, b) 1985, c) 1991, d) 1997

Fonte: Instituto de Cartografia Aeronáutica



Figura 2: Montagem com as ortofotos da Vila Residencial

Fonte: Instituto Pereira Passos (IPP), 2019



Figura 3: Visão aérea parcial da Vila Residencial, 2021

Autor: Antônio José Avelino

No período da ditadura militar, os moradores da Vila Residencial sofreram com ameaças de remoção ainda que, de acordo com Souza (2015), a Reitoria tenha tratado a Vila de maneira ambígua³. Já em 2006 foi instalado processo de regularização associado ao Programa de Extensão Universitária.

“Estimulados pelos novos instrumentos instituídos pelo Estatuto da Cidade e pelos esforços empreendidos na formulação de uma Política Nacional de Regularização Fundiária Sustentável para assentamentos precários pelo recém implantado Ministério das Cidades, moradores com apoio de docentes iniciaram as primeiras providências no sentido de estruturar os dados necessários para instruir o processo. Em 2006 o trabalho beneficiou-se do Programa Papel Passado, obtendo recursos para os levantamentos requeridos, realizados nos anos subsequentes. O levantamento sócio-econômico foi organizado pela Amavila e conduzido por moradores selecionados, resultando na atualização da estatística básica de moradores e imóveis. Os recursos do Papel Passado viabilizaram ainda a contratação de serviços topográficos requeridos. Enquanto isso, com o decisivo apoio de moradores, bolsistas efetuaram o levantamento das

³ “A intolerância à presença da Vila na Cidade Universitária naquele momento em que o país estava mergulhado na ditadura militar, parece originar-se na estranheza com o uso residencial no espaço da ordem, especialmente em se tratando de moradores de renda média e baixa. Percebe-se, entretanto, que naquele momento a reitoria tratou o assunto ambigualmente, com severidade quando por impunha a impossibilidade de permanecerem ali, mas com parcimônia ao conceder a ocupação de casas para servidores que lhe serviam diretamente” (Souza, 2015:2).

moradias, uma a uma⁷ e era formulado o Memorial Descritivo contendo informações completas sobre a história, a situação física e ambiental, e as estatísticas básicas. Ainda no ano de 2006, a administração central da UFRJ, através do CONSUNI, aprovou a regularização fundiária solicitada por moradores, encabeçada por docentes comprometidos com a Vila, conferindo maior legitimidade ao processo que estava sendo conduzido” (Souza, 2015: 3 e 4).

Já de posse da Secretaria Regional do Patrimônio da União em 2010, o processo não teve progresso por mais de dois anos. A retomada do processo seguiu os moldes da Concessão de Uso para Fins de Moradia (CUEM) e da Concessão do Direito Real de Uso (CDRU). No entanto, problemas cartoriais e no Registro de Imóveis levaram à revisão do aforamento das terras da UFRJ.

Outro problema emergiu: a regularização fundiária da Vila obrigou à revisão do aforamento da própria Ilha pela UFRJ e à paralisação do processo. “Resumidamente, após anos de esforços na regularização fundiária da Vila, havíamos retrocedido, não apenas não avançamos no direito aos moradores, como recuamos no direito à ocupação pela própria UFRJ” (Souza, 2015: 6 e 7).

Na esfera municipal, em 2022, foi proposto o Projeto de Lei n. 12833 (ainda em tramitação) que visa declarar, conforme o seu artigo 1º, como

“Área de Especial Interesse Social - AEIS, para fins de inclusão em programas de urbanização e regularização fundiária, nos termos do art. 243 da Lei Complementar nº 111, de 1º de fevereiro de 2011, a Vila Residencial da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ” (RIO DE JANEIRO, 2022).

O artigo 2º determina que caberá ao Poder Executivo “os procedimentos necessários à regularização urbanística e fundiária da área prevista nesta Lei, incluindo a fixação dos limites das localidades observados os arts. 205 a 209 da Lei Complementar nº 111, de 1º de fevereiro de 2011”. O artigo 3º, por sua vez, responsabiliza o mesmo Poder Executivo pela urbanização e regularização garantindo um sistema viário e de circulação adequado, abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e iluminação pública, além da determinação de dimensões mínimas dos lotes e o uso predominantemente residencial.

Afora as questões fundiárias, constituintes da sociedade e do território brasileiros, os moradores da Vila Residencial sofrem com falta d’água, refluxo de esgoto, falta de energia elétrica, inundações, coleta de lixo insuficiente e falta de creches e outros serviços

educacionais e de saúde. De acordo com os representantes da AMAVILA, tais questões são agravadas pelo fato de que as prefeituras municipal e universitária e as empresas concessionárias dos serviços urbano subestimam a população da Vila Residencial. Se no Censo Demográfico de 2010 foram contabilizados 1274 residentes, em 2022, este número diminuiu: de acordo com o IBGE, residiam na Vila 1183 pessoas. Para a Associação de Moradores, no entanto, a Vila Residencial tem, no mínimo, 3000 moradores. A diminuição populacional parece ainda mais intrigante se observamos o acréscimo de domicílios: em 2010, eram 423. Em 2022, foram contados 551⁴.

Tal aumento populacional pode ser relacionado a mudanças nas formas de acesso às Universidades Federais com o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), permitindo que estudantes oriundos de diversos estados brasileiros ingressem na UFRJ sem a necessidade de deslocamento para um vestibular específico. No entanto, o SiSU não nos parece o único responsável pela enorme procura verificada na última década por residência na Vila Residencial. Há de se considerar os enormes custos com aluguel na cidade do Rio de Janeiro, a ineficiência do sistema de transportes e a histórica deficiência de oferta de residência estudantil por parte da UFRJ.

No entanto, o aumento populacional inferido pelo forte processo de verticalização e pelo processo de conversão de residências familiares em “repúblicas” (ou pensões) é invisível para o Estado Brasileiro ainda que sentido no corpo dos moradores da Vila Residencial. Isto porque os estudantes que habitam a Vila Residencial são considerados moradores e não residentes, uma vez que, ao longo dos doze meses anteriores ao Censo, retornaram para suas cidades de origem. Assim, no Censo Demográfico do IBGE, para que não haja duplicação na contagem da população brasileira, esses estudantes são contados em seus domicílios de origem e não na cidade do Rio de Janeiro. Para o estado e na escala nacional importa não duplicar a contagem. Para os moradores da Vila Residencial e na escala local importa que tais estudantes sejam contabilizados em seu território com vistas ao planejamento urbano mais adequado e à apresentação de demandas reais ao estado e às concessionárias de serviços públicos urbanos⁵.

⁴ Em 2010, dos 423 domicílios, 12 eram coletivos e 411 particulares. Em 2022, dos 551 domicílios, 50 eram coletivos e 501 particulares.

⁵ O mesmo problema é verificado em outras cidades universitárias como Ouro Preto (MG) e São Carlos (SP).

Destaca-se, portanto, que o presente projeto de extensão e pesquisa pode ser descrito como um “projeto de pesquisa comunitário” em associação com a Universidade, nos moldes das Expedições Geográficas coordenadas por William Bunge na década de 1970 em bairros negros e periféricos nos Estados Unidos e no Canadá. Assim, mais do que aplicar os conhecimentos produzidos na Universidade em um determinado contexto socioespacial, o projeto “Ver a Vila” pretende estender as práticas de pesquisa universitárias para o cidadão, especificamente os moradores da Vila Residencial, para que estes possam responder as suas próprias perguntas de acordo com os seus anseios.

3. MAPEAR, CONTAR, PROJETAR: CONHECER E “VER COMO UMA COMUNIDADE”

Em “*Seeing like a state*” (Vendo como um Estado), James Scott (1999) argumenta que os estados constroem a sua "legibilidade" criando homogeneizações e padrões simplificadores dos arranjos socioterritoriais. Isto pode ser verificado, segundo o autor, com a ortogonalização de cidades, criação de sobrenomes de família fixos, língua oficial, centralização de padrões de tráfego, mapeamentos abstratos como mapas cadastrais e condução de censos. Tais padronizações facilitam o controle estatal e, ao mesmo tempo, sufocam diferenças e conhecimentos locais.

“Essas tipificações são indispensáveis à política. Simplificações estaduais como mapas, censos, listas cadastrais e unidades de medida padrão representam técnicas para compreender uma realidade ampla e complexa; para que os funcionários possam compreender aspectos do conjunto, essa realidade complexa deve ser reduzida a categorias esquemáticas. A única maneira de conseguir isso é reduzir uma gama infinita de detalhes a um conjunto de categorias que facilitará descrições resumidas, comparações e agregação. A invenção, elaboração e utilização destas abstrações representam, como Charles Tilly demonstrou, um enorme salto na capacidade do Estado” (Scott, 1999: 77).

Tal padronização é sentida nos resultados do Censo Demográfico conforme já apresentamos. Em prol de uma contagem centralizada, as especificidades locais desaparecem, uma população significativa some e a política urbana precisa ser repensada.

Já no caso dos “problemas urbanos”, sua visibilidade é comumente articulada por intermédio das normas e dos instrumentos que compõem a política urbana. Como discutido amplamente por Mariana Valverde (2005; 2011), o planejamento urbano (e, mais especificamente, a legislação urbana), constitui um modo específico de governo, o qual supõe um modo específico de ver seu(s) objeto(s). Para Valverde (2005; 2011) “ver como uma cidade” (*seeing like a city*) implica, predominantemente, em governar “usos” e não “pessoas” (ou ainda, governar pessoas e coisas por meio do governo dos “usos”). Neste sentido, a categoria de “uso do solo” constitui uma tecnologia legal específica do planejamento e, mais especificamente, do planejamento urbano, empregada no intuito de orientar e de controlar a organização do espaço urbano.

A característica fundamental da categoria “uso do solo” é que ela opera a partir de um conjunto articulado de unidades espaciais justapostas. As “classes (discretas) de uso do solo” são, portanto, entendidas como “recipientes” (containers) espaciais dotados de atributos próprios e de limites externos, ou seja, como regiões delimitadas no espaço (Blomley, 2005: 282). No âmbito da política urbana, a delimitação das classes de uso do solo é, portanto, constitutiva de sua definição legal.

Na escala da cidade e no âmbito da política municipal, pudemos observar a criação de um Projeto de Lei (1283/2022) que pretende *classificar uma área* como AEIS e garantir o “uso do solo” predominantemente residencial. Para tanto, é fundamental criar essa classe discreta de uso do solo, ou seja, delimitar o terreno a ser considerado como AEIS. Essa delimitação é tão importante que consta como mapa no único anexo do referido Projeto de Lei conforme a figura 4 abaixo.

Anexo Único

Vila Residencial da UFRJ
 Demarcação - Vila Residencial da UFRJ
 Vila Residencial da UFRJ



Figura 4: Delimitação da Vila Residencial

Fonte: Anexo Único do PL 1283/2022

Mas como *ver como uma comunidade*? Ou ainda: como ver como a Vila Residencial? Uma pista exemplar é o Censo da Maré realizado por seus moradores em associação com a Redes da Maré e o Observatório de Favelas desde 2010. Uma questão fundamental ali era como contabilizar os domicílios. O IBGE não era e não é capaz de compreender aquele território e seus arranjos familiares e domiciliares. Outra pista bastante sugestiva advém das iniciativas pioneiras de um geógrafo estadunidense marginal e controverso nas décadas de 1960 e 1970. William Bunge e a Sociedade para a Exploração Humana conduziram a expedição geográfica de Detroit (1969-1971) com moradores de um bairro periférico e negro: Fitzgerald, vizinha à Wayne State University, onde Bunge era professor.

A filosofia desta iniciativa estava assentada na relevância para a sociedade contemporânea; o acompanhamento dos processos de valorização e transformação na superfície terrestre; o mapeamento do “terreno das pessoas”; na consideração da sub-representação da pobreza e dos pobres; na assunção da ignorância sobre o mundo (terra incógnita); na centralidade do problema e das estratégias de sobrevivência; na

incorporação do ponto de vista dos “locais”, e na fundamentação das pesquisas nos problemas geográficos definidos pelas “comunidades” (Bunge, 1969).

Este projeto foi concebido a partir das demandas de nossos parceiros representados pela Associação de Moradores da Vila Residencial. Desta maneira, “Ver a Vila” está assentado nas preocupações de moradores no que diz respeito a um conhecimento mais amplo e aprofundado sobre as dinâmicas populacionais e urbanas que têm lugar nessa porção do território carioca. Assim, foi realizado um levantamento e sistematização de dados a partir do acervo disponibilizado por órgãos públicos, como a prefeitura, o Instituto Pereira Passos (IPP) e o IBGE.

Identificando a desatualização dos dados espaciais do IPP, que eram de 2013 (Figura 5) e no qual não constavam os novos logradouros que abertos posteriormente, bem como a atualização do número de pavimentos, foi realizado um levantamento cadastral visando a atualização dos dados para auxiliar no tratamento espacial dos dados censitários⁶. Esse levantamento se deu a partir de dois trabalhos de campo que revisaram, em uma nova carta cadastral, os números de porta, pavimentos e logradouros (Figura 6).

⁶ “O mapa cadastral é muito parecido com uma fotografia da correnteza de um rio. Representa as parcelas de terra tal como estavam arranjadas e possuídas no momento em que o levantamento foi realizado. Mas a corrente está sempre em movimento e, em períodos de grande convulsão e crescimento social, um levantamento cadastral pode congelar um cenário de grande turbulência. Mudanças estão ocorrendo nos limites do campo; a terra está sendo subdividida ou consolidada por herança ou compra; novos canais, estradas e ferrovias estão sendo cortados; o uso da terra está mudando; e assim por diante. Na medida em que estas alterações específicas afetam diretamente as liquidações fiscais, existem disposições para registrá-las no mapa ou num registro de títulos. A acumulação de anotações e margens em algum ponto torna o mapa ilegível, pelo que um mapa mais atualizado, mas ainda estático, deve ser desenhado e o processo repetido” (Scott, 1999: 46).

Carta cadastral da Vila Residencial 2013



Figura 5: Carta Cadastral da Vila residencial

Fonte: IPP, 2013

Carta Cadastral da Vila Residencial 2024



Figura 6: Carta cadastral da Vila Residencial

Fonte: IPP, 2013 e Projeto de Extensão Ver a Vila

Em seguida, foram realizadas reuniões para elaboração do questionário a ser aplicado durante o recenseamento, que se assenta na manutenção da possibilidade de comparação com os dados do IBGE e, também, atender as demandas da AMAVILA a fim de otimizar a formulação de políticas públicas locais. Foram também realizadas reuniões com técnicos do IBGE no intuito de solucionar a questão da não contabilização dos moradores estudantes. A saída encontrada foi contabilizar os moradores e não os residentes, visto que estes últimos são aqueles que não saem de seus domicílios no período de doze meses anteriores ao Censo.

O questionário a ser aplicado já foi validado por representantes dos moradores e, atualmente, estão sendo recrutados os recenseadores entre estudantes da UFRJ e moradores da Vila Residencial. A fase subsequente é a de treinamento dos recenseadores, a realização do censo comunitário e a análise dos resultados, que culminará na produção de mapas e gráficos que serão divulgados até o final do presente ano em conjunto com o relatório final. Posteriormente, serão realizadas reuniões e oficinas em conjunto com a associação de moradores visando a formulações de políticas públicas.

4. FALAR, OUVIR, VER E REVER: A MEMÓRIA DA VILA

A terceira fase do projeto está baseada na interação dialógica entre os moradores e a equipe da Universidade no sentido de organizar um acervo fotográfico e fonográfico a partir dos materiais disponibilizados pelos próprios moradores: seus álbuns de fotografias e suas estórias. Com entrevistas de história oral e oficinas para a tessitura da memória coletiva, a equipe do projeto buscará auxiliar, com métodos oriundos de diferentes Ciências Sociais e Humanidades, a constituição de uma memória territorial imagética e falada.

Destaca-se a utilização da história oral, método desenvolvido no campo da História, mas que possui um enorme potencial para estudos transdisciplinares que objetivem escrutinar memórias individuais e coletivas de uma comunidade e o seu território. Ademais, o projeto lançará mão da técnica da Refotografia, oriunda das Artes Visuais e da História.

A História oral consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que testemunharam acontecimentos, processos, instituições, modos de vida e possuem lembranças da trajetória de um lugar, neste caso, a Vila Residencial. Tais entrevistas

caracterizam-se por serem produzidas a partir de um ou vários estímulos. A técnica começou a ser utilizada nos anos 1950, após a invenção do gravador, nos Estados Unidos, na Europa e no México no âmbito da transformação da disciplina História e na reflexão sobre suas fontes (Alberti, 2008). Seu potencial reside na possibilidade de levantar versões que, normalmente, não seriam encontradas em documentos oficiais e institucionais.

“Por que buscamos fontes orais? Por que trabalhamos com elas? Não só porque as pessoas que entrevistamos possuem informações de que precisamos, que nos interessam. É mais do que isso. É porque há uma relação profunda, uma relação muito intensa, entre a oralidade e a democracia. Todos os meios de comunicação, do scanner ao computador, excluem uma parte da humanidade. Há pessoas que não sabem escrever ou ler; há pessoas que não manejam o computador; porém a voz, a oralidade, é um meio de comunicação que todos os seres humanos possuem e, de alguma maneira, controlam. Então, quando buscamos fontes orais, as buscamos em primeiro lugar porque na oralidade encontramos a forma de comunicar específica de todos os que estão excluídos, marginalizados, na mídia e no discurso público. Buscamos fontes orais porque queremos que essas vozes – que, sim, existem, porém ninguém as escuta, ou poucos as escutam – tenham acesso à esfera pública, ao discurso público, e o modifiquem radicalmente” (Portelli, 2010: 2).

Para Portelli, a entrevista de história oral não é um ato de extrair informações, mas sim a criação de um espaço de narração, de escuta atenta e interessada que parte da ignorância da pesquisadora frente à sua interlocutora. Neste sentido, a pesquisadora não dá voz a ninguém! Mas sim escuta a voz concedida e a insere em outras esferas comunicacionais.

“Em Kentucky, nos Estados Unidos, fui fazer entrevistas com mineiros. Todos me haviam dito que, em Kentucky, não queriam falar com estrangeiros, com gente desconhecida, com gente de fora. Passaram alguns anos e todos falaram, todos eram muito gentis, muito abertos. Perguntei a uma das minhas entrevistadas, uma senhora que trabalha nas minas e também escreve poesias: “Por que todos me tratam assim, bem? Por que são todos tão abertos?” E ela me respondeu: “Bom, primeiro, você não é de Nova York, não é de Chicago, quer dizer, não vem dos lugares de onde vieram os missionários, os sociólogos, os capitalistas, até mesmo os militantes de esquerda, todos os que vieram a Kentucky para dizer à gente o que tínhamos que fazer, para ensinar-nos coisas. Primeiro, o lugar de onde você vem; segundo, se vê muito bem que você não sabe muito sobre minas e sobre este lugar. Está somente tratando de aprender um

pouco, de aprender algumas coisas. E a gente fica muito contente de ajudar.” Ora, o que eu tinha, o que eu levava para a entrevista era minha ignorância, meu desejo autêntico de aprender” (Portelli, 2010: 5).

As primeiras incursões para a memória da Vila Residencial foram já realizadas com moradores oriundos da Ilha do Catalão, uma das ilhotas aterradas que constituíram a Ilha do Fundão e a Cidade Universitária. Referência fundamental é a tese de doutorado de Letícia Luna Freire que constituiu parte da memória coletiva da Vila em um momento importante de mobilização para a garantia de direitos e regularização fundiária. Nos parece interessante que essa história continue a ser contada em um momento de expansão da Vila Residencial e de remoção de moradores de uma outra área da Cidade Universitária, o Mangue.

A Refotografia ou Repeat Photography permite, por sua vez, o contraste de objetos, pessoas, arranjos espaciais, paisagens em diferentes tempos em que uma fotografia é realizada e refeita. A experiência pioneira foi dirigida pelo fotógrafo Mark Klett, o projeto *Rephotographic Survey* (1977-79), no qual foram revisitados mais de 100 lugares do oeste dos Estados Unidos que haviam sido fotografados entre 1860 e 1870. Em 1984, publicou *Second View, The Rephotographic Survey*, livro que mostra os resultados desse trabalho que o levou a reviver 122 fotografias em seis estados diferentes.

Trata-se de uma técnica simples e barata para comparar duas ou mais imagens tiradas do mesmo ponto de vista, mas em momentos diferentes, geralmente com um longo intervalo de tempo entre elas. Diversos aspectos da transformação da paisagem podem ser monitorados através da comparação entre fotografias tiradas no mesmo local, em diferentes momentos: processos geomorfológicos, sucessão florestal, mudanças decorrentes de desastres, mudanças de uso e cobertura do solo e mudanças na forma urbana. Nesse sentido, as fotografias históricas apontam aspectos culturais e ações que nos ajudam a compreender como a sociedade moldou e foi moldada pela paisagem (Bierman et al., 2005).

Esse método também é aplicável a aerofotografias, o que nos permite considerar ainda o uso de imagens de satélite, como na figura 1. Dependendo do caso de transformação da paisagem que se queira analisar, o levantamento das fotografias históricas não deve

ficar restrito apenas a grandes acervos e arquivos (públicos ou privados); ele deve incluir também pequenas coleções particulares e “obscuras”, álbuns de família etc. (Rasmussen; Voth, 2001). Este parece ser o caso da memória da Vila: a maior parte de seu acervo imagético não constitui um acervo formal e nem integra as bases iconográficas oficiais. Abaixo, na figura 7, temos uma singela amostra do que pode fazer ver a Refotografia:



Figura 7: Refotografia da Igreja situada na Vila Residencial. c. 1980/2023

Fonte: Acervo dos Moradores da VILA Residencial

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto ora descrito foi concebido em conjunto com os moradores da Vila Residencial por meio de sua Associação, a AMAVILA, e teve seu início na demanda de tal associação que procurou professores da Universidade por intermédio de um estudante também residente na Vila desde a sua infância. Sendo assim, este projeto busca atender a demanda da comunidade da Vila Residencial no que diz respeito ao conhecimento atualizado de suas dinâmicas populacional e urbana para além dos dados produzidos por órgãos oficiais. Tais conhecimentos pretendem impactar na identificação de problemas que afetam o cotidiano da comunidade com vistas a um aumento na capacidade de diálogo e cobrança de atuação de órgãos públicos, como as diversas secretarias municipais, Corpo de Bombeiros e Polícia Militar, e empresas prestadoras de serviço, notadamente as concessionárias de energia elétrica e abastecimento de água. Outrossim, os resultados do projeto se endereçam à formulação de políticas públicas urbanas elaboradas a partir das reais demandas da população e em conjunto com a Universidade

e órgãos públicos. Ademais, o projeto pretende contribuir para a formação de novas lideranças comunitárias, bem como jovens recenseadores comunitários. Por fim, o projeto “Ver a Vila” visa impactar no fortalecimento dos laços comunitários por meio da constituição de acervos fotográficos e fonográficos que contribuam para a constituição de sua memória coletiva.

Assim, constitui um desafio metodológico à Geografia Urbana uma vez que perscruta uma nova mirada. Não se trata de ver como um Estado ou como uma cidade, mas de ver como uma comunidade, ou melhor, ver como a Vila. Carregar técnicas caras à Geografia e incluir outras em nossas bolsas de contar histórias e geografias tem nos parecido um caminho interessante e frutífero para ver com a Vila.

5. REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. “Histórias dentro da História”. In: Pinsky, Carla (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 155-202.

BARBOSA, G. S.; DRACH, P. R. Relatório final - diagnóstico da Vila Residencial. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ): Laboratório de Projetos Urbanos Sustentáveis (LABURB), 2017.

BIERMAN, P. et al. Old images record landscape change through time. *GSA Today*, 15 (4), 2005, pp. 4-10.

BLOMLEY, Nicholas, DELANEY, David e FORD, Richard (ed.). *The Legal Geographies Reader*. Oxford: Blackwell Publishers, 2001.

BUNGE, William. *Field Notes: a series dedicated to the human exploration of our planet*. Discussion Paper n. 1. The Detroit Geographical Expedition, julho de 1969.

CORTADO, Thomas Jacques. *À beira da cidade: política e poética do loteamento*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010*. Brasil, 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2022*. Brasil, 2022.

KLETT, Mark; MANCHESTER, Ellen; VERBURG, Joann. *Second View: The Rephotographic Survey Project*, University of New Mexico Press, 1984

LE GUIN, Ursula K. *A teoria da bolsa de ficção*. São Paulo: n-1, 2021.

LUNA-FREIRE, Letícia. *Próximo do saber, longe do progresso. Histórias de uma vila residencial no campus universitário da Ilha do Fundão – RJ*. Niterói: Editora da UFF, 2014.

PORTELLI, Alessandro. “História Oral e Poder”. *Mnemosine*, 6 (2), 2010, pp. 2-13.

RASMUSSEN, G. Allen e VOTH, Kath. Repeat Photography monitoring made ease. Utah State University Extension, 2001.

REDES DA MARÉ. Censo Populacional da Maré, 2019. Disponível em: https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/CensoMare_WEB_04MAI.pdf

RIO DE JANEIRO. Projeto de Lei 1283/2022.

SCOTT, James. *Seeing like a State: how certain schemes to improve the human condition have failed*. New Haven e Londres: Yale University Press, 1999.

SOUZA, Maria Julieta Nunes de. Regularização fundiária da Vila Residencial-UFRJ: observações sobre uma experiência. *Anais do XVI ENANPUR*, 2015.

VALVERDE, Mariana. “Seeing Like a City: The Dialectic of Modern and Premodern Ways of Seeing in Urban Governance”. *Law and Society Review*, 45 (2), 2011, p. 277-310.

VALVERDE, Mariana. “Taking 'land use' seriously: toward an ontology of municipal law”. *Law Text Culture*, 9, 2005, p. 34-39.